Boletim de Conjuntura



Dezembro de 2024



SERVIÇOS LIDERAM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A EXPANSÃO DO EMPREGO EM 2024



LUIGI NESE Presidente

ANÁLISE PRODUZIDA POR:



DR. FERNANDO GARCIA DE FREITAS DRA. ANA LELIA MAGNABOSCO

ÍNDICE

1. CC	ONJUNTURA ECONOMICA	5
	O ANDAMENTO DA ECONOMIA EM 2024	6
	EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NA ECONOMIA MUNDIAL	6
	INFLAÇÃO NO BRASIL	9
	SITUAÇÃO FISCAL	9
	CENÁRIO 2025	11
2. SE	RVIÇOS	13
	PIB DOS SERVIÇOS EM 2024	14
	DÉFICIT EXTERNO DE SERVIÇOS VOLTA A CRESCER	15
	EMPREGO POR SETOR	17
	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	18
	FATURAMENTO NO SETOR DE SERVIÇOS	19



CONJUNTURA ECONÔMICA

CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO SURPREENDE POSITIVAMENTE EM RAZÃO DO AUMENTO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E DOS INVESTIMENTOS

No início de 2024, o cenário econômico trazia algumas preocupações com relação ao crescimento econômico global e brasileiro e, sobretudo, sobre a inflação e as taxas de juros no Brasil e no mundo. No que diz respeito ao crescimento econômico mundial, as informações mais recentes dão conta de uma evolução muito próxima da prevista para o ano. No caso do Brasil, o crescimento econômico caminhou na direção do cenário mais otimista, com taxa se aproximando de 3,3% no ano. A taxa de inflação brasileira deve fechar o ano em nível mais elevado do que o esperado, fato que vem retardando a redução dos juros.

Para o ano de 2025, o cenário econômico traz poucos pontos de preocupação. O principal elemento continua sendo a evolução dos conflitos militares no leste europeu e no oriente médio. As novas projeções indicam que a economia mundial deve crescer 3,2% em 2025. No contexto brasileiro, o cenário mais provável para 2025 traz uma taxa de inflação de 4,0% (IPCA). O desempenho econômico deve ser relativamente reduzido, com crescimento do PIB de 2,2%. A taxa Selic deve chegar ao final do ano no patamar de 11,5% ao ano, gerando uma taxa real de juros de 6,8% ao ano.

O ANDAMENTO DA ECONOMIA EM 2024

Em 2024, a economia mundial seguiu uma trajetória de crescimento econômico bem próxima do esperado, conforme ilustra a Tabela 1.1, que traz as projeções para o cenário em 2024 que foram traçadas no início do ano (com informações disponíveis até fevereiro de 2024) e os valores verificados até o terceiro trimestre. No início do ano, o cenário econômico trazia algumas preocupações com relação à inflação e as taxas de juros no mundo.

Com relação ao crescimento econômico brasileiro, as informações mais recentes dão conta de uma evolução bem mais favorável que a prevista para o ano. No início de 2024, esperava-se um crescimento em torno de 2,5%. No acumulado do ano até setembro, contudo, a economia brasileira registrou expansão de 3,3%. Em boa medida, esse resultado se deveu a uma redução mais acentuada do desemprego, com reflexo nos salários reais e no nível de ocupação. Como ilustra a Tabela 1.1, a massa de rendimentos do trabalho cresceu 8,9% no acumulado do ano até setembro, valor que se aproxima da projeção mais otimista para essa variável. Esses movimentos permitiram um crescimento acentuado do consumo das famílias, que alcançou expansão de 5,1% no acumulado do ano até setembro. A formação bruta de capital fixo, onde pesam as despesas com a realização de obras da construção civil e com a aquisição de máquinas e equipamento, também cresceu de forma expressiva em 2024: 6,6% no acumulado do ano até setembro.

No caso do Brasil, a taxa de inflação brasileira vem caminhando entre as projeções do cenário mais provável e o mais pessimista, que indicavam uma inflação (IPCA) de 3,9% a 4,7%. Até novembro, a variação acumulada no ano do IPCA estava em 4,1%. As trajetórias de câmbio e juros nominais e reais, por outro lado, surpreenderam negativamente. O câmbio sofre uma desvalorização de 6,4% na média do ano até novembro, taxa muito superior à expectativa de desvalorização de apenas 1,5%. A taxa Selic, que se esperava ficasse no patamar de 9% em 2024, registrava uma média de 10,7% entre janeiro e novembro de 2024. Com isso, a taxa de juros real também ficou acima do esperado: 6,4% ao ano contra 4,9% ao ano.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS E DOS JUROS NA ECONOMIA MUNDIAL

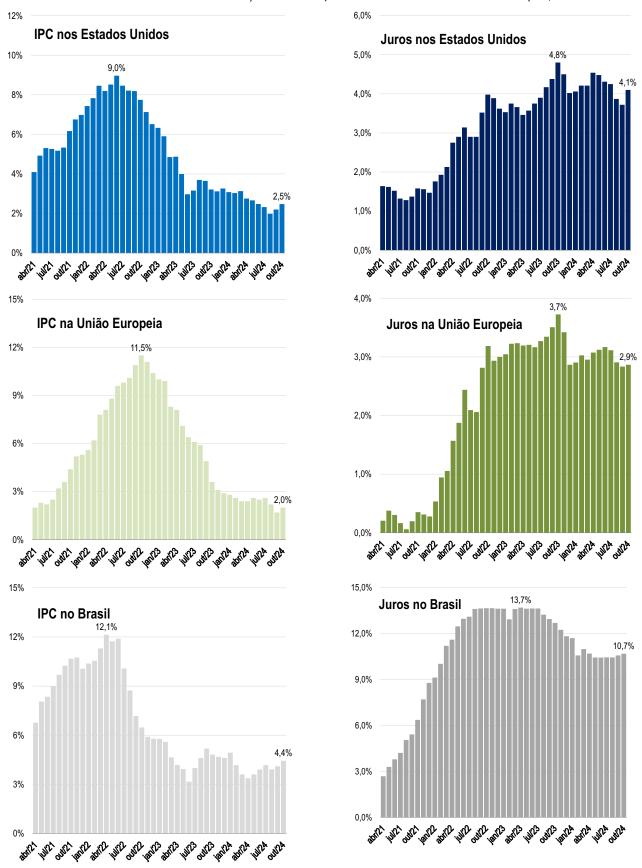
Ao longo de 2021 e 2022, houve fortes aumentos dos preços de commodities, em especial de alimentos e energia, que levou a um aumento da inflação nos Estados Unidos e União Europeia. A inflação norteamericana, que era de 1,4% ao ano em dezembro de 2020, saltou para 7.0% ao ano em dezembro de 2021 e alcançou a cifra de 9,1% ao ano em junho de 2022.

Tabela 1.1 Projecões para 2024 e perspectivas 2024 em diferentes cenários*

	Cená	Observado		
	Pessimista	+Provável	Otimista	em 2024**
Crescimento econômico mundial (%)	2,9%	3,1%	3,3%	3,2%
Crescimento econômico brasileiro (%)	1,5%	1,9%	2,5%	3,3%
Inflação (var.% média anual)	4,7%	3,9%	3,3%	4,0%
Inflação (var. % em doze meses)	4,8%	4,0%	3,3%	4,8%
Câmbio (var.% da taxa em R\$/US\$)	-0,9%	1,5%	2,8%	6,4%
Salários (var.%)	5,6%	7,4%	9,3%	8,9%
Juros Selic (% ao ano)***	9,9%	9,0%	7,1%	10,7%
Juros reais Selic (% ao ano)	5,0%	4,9%	3,7%	6,4%

Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica. (*) os cenários foram traçados com base em informações disponíveis até fevereiro de 2024; (**) projeções com base em informações disponíveis até novembro de 2024; (***) final de período.

Gráfico 1.2 Inflação e taxas de juros nos Estados Unidos e na União Europeia, em (%) ao ano



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis.

Na União Europeia, a inflação passou de 0,2% ao ano em dezembro de 2020 para 5,3% ao ano em dezembro de 2021 e alcançou a cifra de 11,5% ao ano em outubro de 2022. No Brasil, a inflação passou de 4,5% ao ano em dezembro de 2020 para 10,1% ao ano em dezembro de 2021 e alcançou a cifra de 12,1% ao ano em abril de 2022.

A reação dos bancos centrais ao redor do mundo foi elevar as taxas de juros básicas para forçar o retorno da inflação para os patamares desejados. Nos Estados Unidos, as taxas de juros começaram a subir logo após o início do conflito no leste europeu e a consequente elevação do preço da energia no mundo. A taxa básica de juros que era 0,1% ao ano em fevereiro de 2022 fechou o ano em 4,1% ao ano. Em 2023, a taxa atingiu 4,8% ao ano, gerando ganhos reais de quase 2,0% ao ano para aplicações no Tesouro norte-americano. Ao longo de 2024, as taxas ficaram relativamente elevadas, num patamar médio de 4,2% ao ano. Na União Europeia, as taxas também aumentaram passando de 0,9% ao ano em fevereiro de 2022 para 3,0% em dezembro daquele ano. Em outubro de 2023, os juros estavam em 3,7% ao ano na União Europeia.

No Brasil, os juros cresceram de 1,8% ao ano em dezembro de 2020 para 8,8% em dezembro de 2021. Apesar disso, a continuidade do processo de aceleração da inflação fez com que os juros reais ainda fossem negativos. Isso fez o Banco Central brasileiro manter o processo de alta dos juros, que alcançaram 13,7% ao ano. Esse segundo movimento gerou juros reais positivos e expressivos.

Em razão do forte aperto monetário promovido pelos bancos centrais de quase todos os países do mundo, as taxas de inflação cederam em 2023. Do patamar superior a 8% ao ano que prevaleceu entre março e setembro de 2022, a taxa de inflação norteamericana já estava em 3,3% ao ano em dezembro de 2023 e cedeu para 2,5% em outubro de 2024. No caso da União Europeia, a inflação caiu do patamar superior a 10% ao ano que prevaleceu entre agosto de 2022 e janeiro de 2023 para 2,9% em dezembro de 2023 e estabilizou-se em torno de 2,0% ao ano no final de 2024. No caso do Brasil, a inflação caiu do patamar superior a 10% ao ano que prevaleceu entre setembro de 2021 e julho de 2022 para 4,6% em dezembro de 2023 e flutuou em torno de 4,0% ao ano em 2024.



INFLAÇÃO NO BRASIL

A despeito de a inflação ter voltado em 2024 para o mesmo patamar de 2020, os perfis das elevações de precos foram bastante distintos. Em 2020, a inflação foi fortemente pressionada pelos preços de alimentos e bebidas, que aumentaram 14,1%, e de artigos de residência. Essas duas componentes inflacionárias foram pressionadas pelos movimentos de mercado durante a primeira fase da pandemia, momento em que as pessoas ficaram em casa. Em contrapartida, o distanciamento social reduziu de maneira drástica as atividades de serviços, o que contribuiu para conter os preços de transportes, saúde, educação e serviços pessoais. A inflação nesses itens ficou entre 1,0% ao ano e 1,5% ao ano.

Em 2023, ano em que houve expansão da atividade econômica, do emprego e da renda das famílias, o perfil apontou para uma inflação de serviços. Os transportes sofreram aumento de 7.1% em razão. sobretudo, as tarifas de transportes públicos (aumento de 12,7%) e de passagem aéreas (aumento de 47,2%). Os serviços de educação tiveram aumento de 8,2% no ano, com elevações superiores a 10% nos preços de creches e escolas do ensino fundamental e médio. Também foi elevada a inflação na área da saúde: 6,6%. Nessa área, pesaram o aumento médio de 11,5% nos planos de saúde.

No acumulado de 2024 até novembro, o ritmo de aumentos dos preços continuou elevado nos segmentos de serviços. O setor de educação foi o que apresentou maior elevação, com aumento de 6,6% no acumulado do ano até novembro de 2024 com relação a igual período do ano anterior. Os preços de bens e serviços de saúde observaram aumento acumulado de 5,7% no acumulado do ano até novembro. Também causa apreensão o aumento nos alimentos e bebidas, que já acumulou alta de 6,4% em 2024 (dados até novembro).

SITUAÇÃO FISCAL

O quadro fiscal brasileiro, que sofreu forte deterioração entre abril de 2020 e janeiro de 2021, foi sendo gradativamente equacionado ao longo de 2022. Em março de 2020, o déficit primário do governo federal acumulado em 12 meses era de guase R\$ 115,4 bilhões (valor a preços de outubro de 2024), valor que

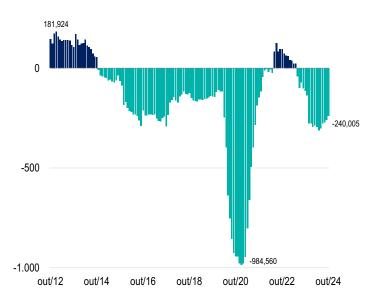
Tabela 1.2 Inflação e suas componentes. Taxa de variação acumulada no ano

	Mês					
	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	out/24	
Índice geral	4,5%	10,1%	5,8%	4,6%	3,9%	
1.Alimentação e bebidas	14,1%	7,9%	11,6%	1,0%	4,8%	
2.Habitação	5,3%	13,1%	0,1%	5,1%	5,3%	
3.Artigos de residência	6,0%	12,1%	7,9%	0,3%	1,0%	
4.Vestuário	-1,1%	10,3%	18,0%	2,9%	1,7%	
5.Transportes	1,0%	21,0%	-1,3%	7,1%	1,7%	
6.Saúde e cuidados pessoais	1,5%	3,7%	11,4%	6,6%	5,8%	
7.Despesas pessoais	1,0%	4,7%	7,8%	5,4%	3,0%	
8.Educação	1,1%	2,8%	7,5%	8,2%	6,6%	
9.Comunicação	3,4%	1,4%	-1,0%	2,9%	2,7%	

Fonte: IBGE.

Gráfico 1.4 Resultado primário do Governo Central Acumulado dos últimos 12 meses, R\$ bilhões*

500



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

1.000

(*) a preços constantes de outubro de 2024 (deflator IPCA).

Gráfico 1.5 Despesas do Governo Central com juros da dívida pública Acumulado dos últimos 12 meses, R\$ bilhões*



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

(*) a preços constantes de outubro de 2024 (deflator IPCA).

passou para R\$ 984,6 bilhões em janeiro de 2021. O ajuste fiscal promovido entre 2021 e 2022, com a redução de transferências para estados e municípios e a diminuição de transferências para combate da pobreza, foi capaz de zerar o déficit primário da União em meados de 2022, ano que fechou com um ligeiro superávit de R\$ 63,0 bilhões.

Em 2023, já dentro do escopo do novo arcabouço fiscal e com uma ampla negociação política para elevar as despesas sociais e de investimento público, houve nova deterioração das contas públicas. O superávit fiscal manteve-se até maio, mas em dezembro o déficit já estava em R\$ 275.4 bilhões. A reversão do quadro fiscal em 2023 se deu com queda real de 2,8% das receitas e crescimento real de 12,5% das despesas. Entre as receitas do governo federal, houve aumento de 5,8% das receitas do RGPS, o qual reflete a redução do desemprego e o aumento real de salários na economia. Entre as despesas do governo federal, por sua vez, houve expansão de 7.9% dos benefícios previdenciários e de 31,3% das despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira.

Em 2024, as receitas cresceram 7,6% em termos reais no acumulado do ano até outubro. superando em 1,8 ponto percentual o crescimento de 5,8% das despesas. Esse resultado permitiu uma redução gradativa do déficit primário acumulado em 12 meses de R\$ 311,1 bilhões em maio de 2024 para R\$ 240 bilhões em outubro de 2024.

O aumento do déficit em 2023 e manutenção em patamar elevado em 2024 resultaram na manutenção em patamar elevado das despesas com o financiamento do endividamento público, mesmo considerando a ligeira redução das taxas de juros. As despesas do governo federal com pagamento de juros passaram da casa de R\$ 553,5 bilhões em dezembro de 2022 para a casa de R\$ 649,1bilhões em dezembro de 2023. Nos últimos 12 meses até outubro de 2024, o acumulado das despesas com juros já somavam 787,2 bilhões.

CENÁRIO 2025

Para o ano de 2025, o cenário econômico traz poucos pontos de preocupação. O principal elemento continua sendo as evoluções dos conflitos no leste europeu e no oriente médio. Além da escalada militar verificada em 2024, o resultado das eleições norteamericanas sinaliza mudanças nos arranjos que podem redirecionar a evolução desses conflitos em 2025. Esses conflitos mantêm uma tensão elevada sobre o preco do petróleo e sobre os fluxos de capital no mundo.

As variáveis que compõem o cenário para 2025 são apresentadas na Tabela 1.3. As novas projeções indicam que a economia mundial deve crescer 3,2% em 2025, valor 1 ponto percentual superior ao da projeção de crescimento econômico para o Brasil. O cenário mais provável traz um quadro com taxa de inflação de 4,4% (IPCA) e variação em 12 meses de 4.0%. O desempenho econômico é relativamente reduzido em relação ao que se verifica em 2024. A recuperação do emprego também deve ser mais lenta nesse cenário. O câmbio deve se desvalorizar

cera de 5%, variação que deve ficar acima do crescimento nominal dos salários, encarecendo as importações brasileiras e favorecendo as exportações de bens e serviços de uma forma geral. Considerando a tendência de crescimento da inflação no Brasil ao longo de 2024, a taxa Selic deve chegar ao final do ano no patamar de 11,5% ao ano, gerando uma taxa de juros reais de 6,8% ao ano.

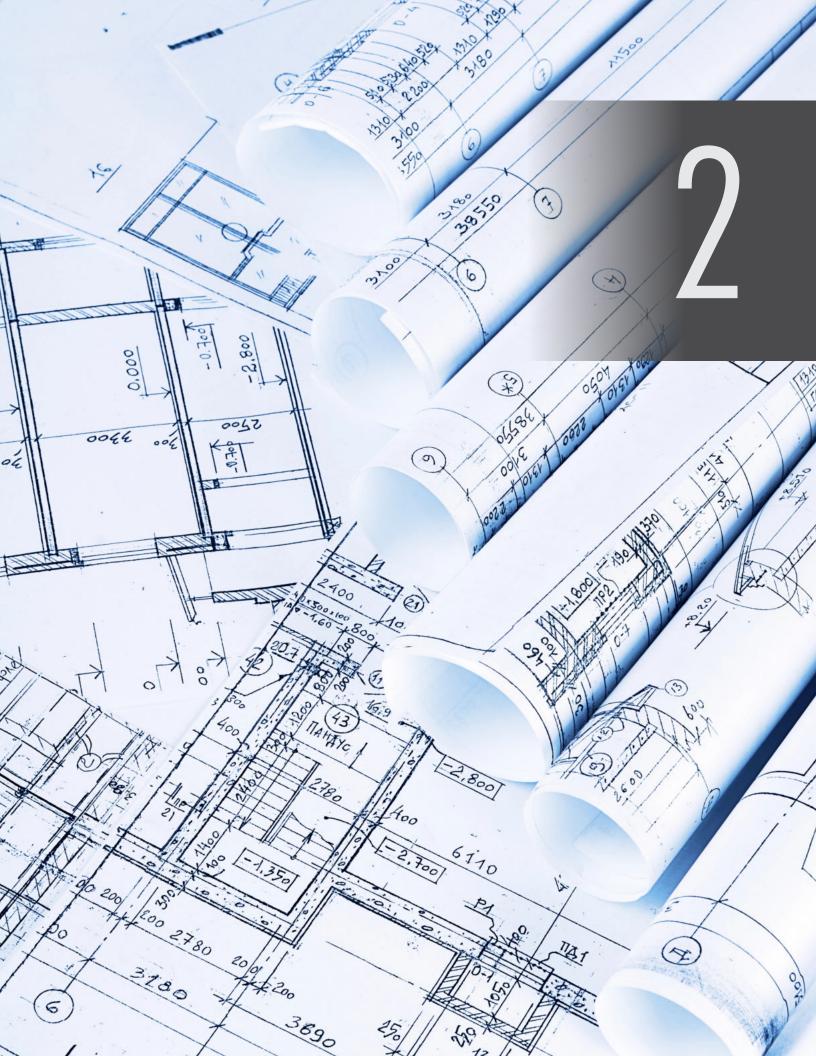
No cenário otimista, as condições externas são mais favoráveis e a recuperação mais rápida e intensa da economia deve promover o crescimento mais forte das receitas de impostos. O equilíbrio fiscal mínimo é obtido, cumprindo-se a meta da Lei de Orçamentária que fixou equilíbrio fiscal primário. A inflação cede mais rapidamente, o que ajuda na recuperação da renda real das famílias e, portanto, do consumo. Esse movimento também possibilita uma taxa de juros menor, de 9,1% em termos nominais. Em termos reais, os juros chagariam a 5,2% ao ano.

Por fim, o cenário pessimista traça um caminho de crescimento menor e uma inflação ligeiramente mais elevada. Por conseguinte, o câmbio se desvaloriza acima do aumento de salários, favorecendo as exportações. Os juros ficam mais elevados, com impactos ficais relevantes de médio e longo prazos.

Tabela 1.3 Projecões para 2024 e perspectivas 2025 em diferentes cenários*

	Observado	Cená	rios para 2025*	
	em 2024**	Pessimista	+Provável	Otimista
Crescimento econômico mundial (%)	3,2%	2,9%	3,2%	3,5%
Crescimento econômico brasileiro (%)	3,3%	1,7%	2,2%	2,9%
Inflação (var.% média anual)	4,0%	5,3%	4,4%	3,7%
Inflação (var. % em doze meses)	4,8%	4,8%	4,0%	3,3%
Câmbio (var.% da taxa em R\$/US\$)	6,4%	-3,2%	5,2%	9,6%
Salários (var.%)	8,9%	3,0%	4,0%	5,0%
Juros Selic (% ao ano)***	10,7%	12,7%	11,5%	9,1%
Juros reais Selic (% ao ano)	6,4%	6,9%	6,8%	5,2%

Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica. (*) Final de período.



SERVIÇOS

CRESCIMENTOS DO PIB E DO EMPREGO NOS SERVIÇOS PRIVADOS NÃO FINANCEIROS SUPERAM O DA ECONOMIA BRASILEIRA

Em 2023, o PIB dos serviços privados não financeiros acumulou expansão de 3,3% em termos reais, uma taxa próxima da média da economia brasileira. Em 2024, essa tendência se alterou e os serviços privados não financeiros acumularam crescimento de 4,8% nos primeiros nove meses do ano, superando em 1,8 ponto percentual o crescimento médio da economia brasileira, que foi de 3,0% (PIB a preço de fatores).

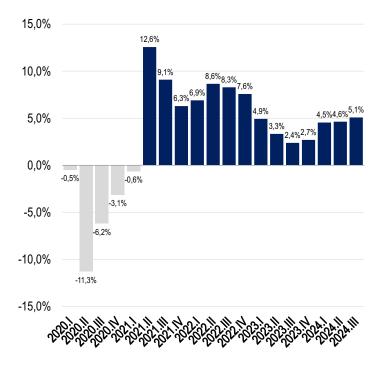
A taxa acumulada de crescimento do PIB do setor de serviços privados não financeiro entre 2019 e 2024 foi de 17,9%, ficando atrás apenas das expansões da construção civil (24,7%) e do setor financeiro (33,7%). Indústria e comércio cresceram respectivamente 14,8% e 12,2% nesses quase cinco anos. Entre as atividades de serviços privados, as maiores taxas acumuladas de crescimento do PIB foram observadas nos serviços de informação (33,7%) e de energia, gás e saneamento (24,7%).

Tabela 2.1.Crescimento econômico por segmento de atividade,
Variação acumulada no ano

	Variação anual				Variação	
	2020	2021	2022	2023	2024*	acumulada
Agropecuária	4,2%	0,0%	-1,1%	16,3%	-3,5%	15,6%
Extrativa Mineral	-3,0%	5,0%	1,5%	1,7%	3,5%	8,9%
Indústria de Transformação	0,9%	3,6%	-1,4%	9,2%	2,0%	14,8%
Construção	-1,0%	1,6%	10,5%	5,8%	6,1%	24,7%
Comércio	-3,7%	4,8%	4,3%	2,8%	3,7%	12,2%
Financeiro	2,1%	13,9%	5,2%	2,9%	6,2%	33,7%
Serviços públicos	-9,3%	9,0%	11,4%	3,4%	5,6%	20,2%
Serviços privados não financeiros	-5,3%	6,7%	7,9%	3,3%	4,8%	17,9%
PIB a custo de fatores	-3,2%	4,5%	3,1%	3,4%	3,0%	11,2%

Fonte: IBGE. (*) Média dos três primeiros trimestres do ano.

Gráfico 2.1PIB dos serviços privados não financeiros, Variação em relação a igual período do ano anterior



Fonte: IBGE.

PIB DOS SERVIÇOS EM 2024

Os dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE revelam um quadro de aceleração do crescimento do PIB nos setores de serviços privados não financeiros ao longo de 2024. Do primeiro trimestre do ano até o terceiro trimestre, o crescimento do PIB dos serviços privados não financeiros passou de 4,5% para 5,1% em relação a igual período de 2023 (**Gráfico 2.1**). Na média dos três primeiros trimestres de 2024, o PIB dos serviços privados não financeiros cresceu 4.8%.

Entre os segmentos dos serviços privados não financeiros, os serviços de informação e os serviços de energia e saneamento foram os que apresentaram as maiores expansões em 2024, com variações acumuladas no ano de 6,2% e 6,1% respectivamente. Os serviços prestados às famílias e às empresas cresceram 5,6% neste ano. Os serviços imobiliários tiveram expansão de 3,6% e os serviços de transportes observaram crescimento de 1,2%.

A taxa acumulada de crescimento do PIB do setor de serviços privados não financeiro entre 2019 e 2024 foi de 17,9% (**Tabela 2.1**), ficando

Tabela 2.2Crescimento econômico dos serviços privados não financeiros,
Variação acumulada no ano

	Variação anual				Variação	
	2020	2021	2022	2023	2024*	acumulada
Energia, saneamento e gás	-1,0%	1,6%	10,5%	5,8%	6,1%	24,7%
Transportes e logística	-12,7%	6,5%	8,1%	2,4%	1,2%	4,2%
Serviços de informação e comunicação	2,1%	13,9%	5,2%	2,9%	6,2%	33,7%
Prestados às famílias e empresas	-9,3%	9,0%	11,4%	3,4%	5,6%	20,2%
Serviços imobiliários	1,8%	1,8%	1,9%	3,0%	3,6%	12,6%
Serviços privados não financeiros	-5,3%	6,7%	7,9%	3,3%	4,8%	17,9%

Fonte: IBGE. (*) Média dos três primeiros trimestres do ano.

atrás apenas das expansões da construção civil (24,7%) e do setor financeiro (33,7%). Indústria e comércio cresceram respectivamente 14,8% e 12,2% nesses quase cinco anos. Entre as atividades de serviços privados, as maiores taxas acumuladas de crescimento do PIB foram observadas nos serviços de informação (33,7%) e de energia, gás e saneamento (24,7%) – ver **Tabela 2.2**.

DÉFICIT EXTERNO DE SERVIÇOS VOLTA A CRESCER

A forte desvalorização cambial de 2020 e 2021, que acumulou crescimento da taxa de reais por dólares de 37,5% entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, aliada à permanência das restrições às viagens internacionais durante uma parte expressivas desses dois anos contiveram o déficit da balança de serviços. Em 2022, contudo, com a reversão cambial e a flexibilização das regras sanitárias, as viagens voltaram e o déficit da balança de serviços terminou o ano em US\$ 39,6 bilhões no acumulado do ano. Em 2023, o déficit teve pequena retração, atingindo a cifra de US\$ 37,6 bilhões. Com esses resultados, o déficit da balança de serviços acabou acumulando uma pequena queda de 2,3% entre 2019 – ano anterior ao início da pandemia do Covid-19 – e 2023.

Nessa comparação, as receitas dos serviços brasileiros vendidos no exterior cresceram 38,6%, passando de US\$ 33,0 bilhões em 2019 para US\$ 45,2 bilhões

em 2023 (aumento de US\$ 12,2 bilhões). Os principais ganhos das exportações de serviços vieram do segmento de transportes, o que está associado à elevação das exportações de mercadorias e às viagens internacionais, do segmento de serviços prestados às empresas e de outros serviços de negócios, que inclui pesquisa e desenvolvimento, jurídicos, publicidade, engenharia e arquitetura, além de limpeza e despoluição. As exportações de serviços nesse segmento aumentaram 38,3%, com incremento de US\$ 7,3 bilhões – 60% do total de expansão das exportações brasileiras de serviços.

De outro lado, houve aumento das despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior entre 2019 e 2023 de apenas 15,8%. Os itens que mais contribuíram para esse resultado foram as despesas com viagens internacionais, que teve redução de 17,4%, e as despesas com aluguel de equipamentos, com queda de 36,0%. Esse último item está diretamente relacionado com a redução das viagens aéreas, uma vez que nele estão contidas as despesas com *leasing* de aeronaves. Em razão da expansão do fluxo de mercadorias, com aumento de 17,7% nas exportações e de 2,7% nas importações entre 2019 e 2023, as despesas com fretes aumentaram 44,7%.

De maneira geral, é possível afirmar que o comportamento do comércio internacional de bens e serviços respondeu às variações do câmbio. Os momentos em

Tabela 2.3.Balança de serviços, em US\$ mihões

	Acumulado do ano até setembro						
Contas -	2019	2020	2021	2022	2023	2024	(%) entre 2023 e 2019
Transportes	-6.952,92	-4.942,36	-8.877,33	-14.789,04	-9.678,12	-10.580,59	114,1%
Receitas	3.210,20	2.968,06	3.888,64	4.740,19	5.043,39	5.799,90	95,4%
Despesas	10.163,12	7.910,42	12.765,96	19.529,23	14.721,52	16.380,48	107,1%
Viagens	-8.801,59	-2.029,36	-1.325,90	-5.363,03	-5.958,24	-5.628,67	-36,0%
Receitas	4.542,12	2.382,06	1.990,39	3.625,05	5.019,63	5.408,69	19,1%
Despesas	13.343,71	4.411,42	3.316,29	8.988,08	10.977,88	11.037,35	-17,3%
Seguros e serviços financeiros	-155,24	-384,52	-604,34	-410,78	-980,82	-1.526,09	883,0%
Receitas	1.517,88	1.071,80	1.433,77	1.761,71	1.619,47	2.002,21	31,9%
Despesas	1.673,13	1.456,32	2.038,12	2.172,49	2.600,29	3.528,31	110,9%
Serviços prestados a empresas	-11.534,32	-10.721,59	-7.950,40	-9.466,79	-8.549,03	-15.563,14	34,9%
Receitas	14.039,09	12.412,56	13.966,72	17.156,65	19.622,49	19.882,73	41,6%
Despesas	25.573,40	23.134,15	21.917,11	26.623,45	28.171,52	35.445,87	38,6%
Serviços governamentais	-751,72	-737,72	-597,28	-885,48	-930,90	-648,98	-13,7%
Receitas	486,78	446,87	464,27	514,94	686,79	551,29	13,3%
Despesas	1.238,50	1.184,58	1.061,56	1.400,42	1.617,69	1.200,27	-3,1%
Ourtos serviços²	66,08	546,75	710,00	1.057,27	-2.585,53	-2.645,45	-4103,5%
Receitas	729,19	924,15	1.057,58	1.602,84	1.393,59	2.099,36	187,9%
Despesas	663,12	377,39	347,58	545,57	3.979,12	4.744,82	615,5%
Total	-28.129,71	-18.268,79	-18.645,24	-29.857,85	-28.682,65	-36.592,93	30,1%
Receitas	24.525,26	20.205,50	22.801,37	29.401,40	33.385,36	35.744,17	45,7%
Despesas	52.654,97	38.474,30	41.446,61	59.259,25	62.068,02	72.337,10	37,4%

Fonte: Banco Central do Brasil. (1) Inclui royalties e aluguel de equipamentos

que os saldos foram mais positivos seguiram os períodos de forte desvalorização cambial, como os ocorridos durante a crise financeira internacional (2009), o ajuste fiscal (2015 a 2017) e a crise recente relacionada à pandemia (2020 e 2021). O comportamento em 2022 e 2023, dois anos de valorização cambial, não seguiram esse padrão, pois as receitas reais com exportações de mercadorias e serviços cresceram mais que as despesas com importações.

Em 2024, a despeito da desvalorização cambial, o déficit da balança de serviços cresceu de forma expressiva. Na **Tabela 2.2**, vê-se que o saldo da balança alcançou um déficit de US\$ 36,593 bilhões

nos primeiros nove meses do ano. Esse valor foi 27,6% maior que o de igual período de 2023. As receitas com vendas externas de serviços cresceram 7,1% nesse período, mas as despesas registraram crescimento de 16,5%. A maior contribuição para o incremento desse déficit externo foi a expansão das compras de serviços prestados às empresas que inclui os serviços de engenharia e arquitetura, o pagamento de *royalties* e os aluguéis de máquinas e equipamentos. O aumento do déficit nesse segmento de serviços superou US\$ 7,0 bilhões, o que equivaleu a 88,7% do incremento do déficit na balança de serviços brasileira.

⁽²⁾ Serviços culturais, pessoais e recreativos e demais serviços.

EMPREGO POR SETOR

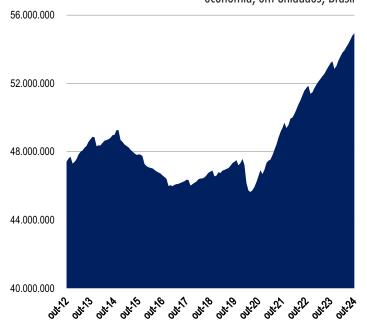
Os dados do mercado de trabalho continuaram apresentando tendência de expansão. De um lado, as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego apontaram expansão do emprego com carteira assinada. No acumulado de 2024 até outubro, a expansão foi de 3,4% na comparação com igual período do ano anterior. No ano, foram abertos 1,701 milhão de novos postos de trabalho. Desde 2019, ano anterior à pandemia, a economia brasileira já acumulou aumento de 14,8% nos postos de trabalho com carteira assinada, o que apresentou um incremento de 7,051 milhões de novos empregos.

Os destaques foram os comportamentos do emprego nos setores de serviços privados não financeiros, comércio e indústria de transformação. O setor de serviços privados não financeiros foi responsável pela abertura de 2,680 milhões de postos de trabalho na comparação entre 2019 e 2024. Isso correspondeu a 38,0% da criação de postos de trabalho com carteira nesses anos. O comércio registrou a abertura de 1,461 milhão de postos de trabalho nessa comparação temporal e a indústria de transformação, 912 mil postos. Os Gráficos 2.2 e 2.3 trazem a evolução do estoque de empregados com carteira assinada na economia como um todo e no setor de serviços privados não financeiros.

Entre os segmentos de serviços, os serviços privados não financeiros e os serviços de educação foram os setores com maior crescimento do emprego em 2024: respectivamente, 5,3% e 4,5%. O setor de serviços privados não financeiros abriu 767 mil novas vagas em 2024 e o de serviços de educação, 105 mil novos postos de trabalho. A maior contribuição veio dos serviços prestados às empresas, que respondeu por 22,3% do total de novas vagas de trabalho aberta no país em 2024, repetindo uma tendência que se verifica desde 2023.

Os setores de (i) energia, gás e saneamento, (ii) serviços prestados às famílias e de (iii) serviços prestados às empresas lideraram a expansão

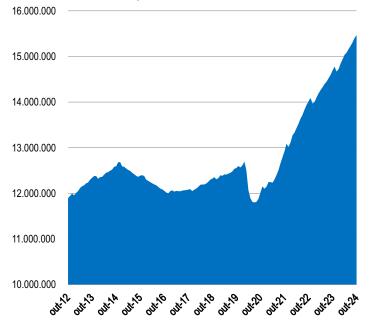
Gráfico 2.2
Empregos com carteira assinada no total da economia, em unidades, Brasil



Fonte: CNS

Gráfico 2.3

Empregos com carteira assinada nos serviços privados não financeiros, em unidades, Brasil



Fonte: CNS.

Gráfico 2.4.

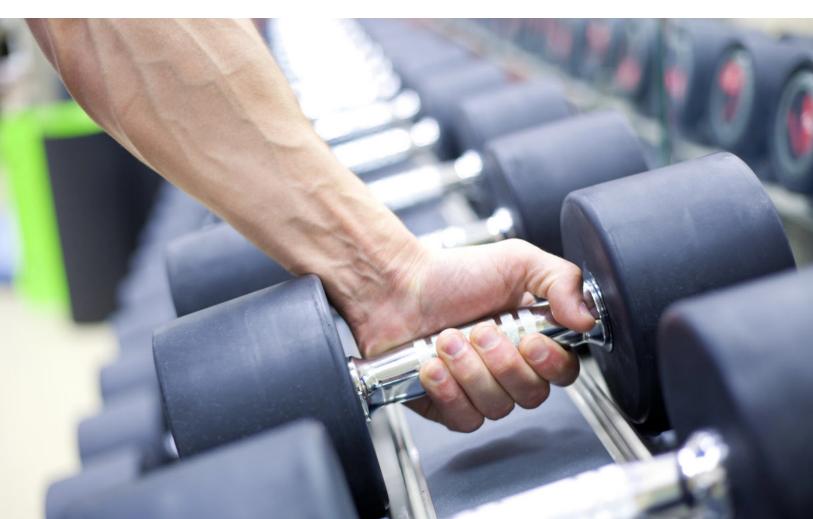


Fonte: IBGE.

entre aqueles que compõem os serviços privados não financeiros. As taxas de crescimento foram de respectivamente 9,5%, 6,0% e 5,7% em 2024. Juntos, os três setores criaram 552 mil novas oportunidades de trabalho no ano. Esses mesmos setores já lideravam a expansão em 2023, período que foram abertas 553 mil novas vagas nas empresas desses setores de atividade econômica.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

No acumulado de 2024, a remuneração média da mão de obra apresentou aumento real de 5,1%. Esse resultado foi influenciado pelos bons desempenhos das remunerações na indústria de transformação (12,3%), no comércio (5,1%) e nos serviços (3,8%). Entre os setores de serviços privados não financeiros os salários médios reais cresceram mais nos serviços de energia, gás e saneamento (aumento de 17,2%), de serviços prestados às famílias (elevação de 5,0%) e de serviços de transportes (crescimento de 6,9%).



Em termos de massa de remuneração, o país apresentou um aumento real de renda de 7,6%. O resultado foi sustentado pela expansão de 2,8% no número médio de pessoas ocupadas e pelo aumento de salário real médio de 5,1%. A massa de rendimentos dos serviços privados não Serviços privados não financeiros financeiros cresceu 9,3% em termos reais, com destaques para a renda gerada no setor de Outros serviços privados não financeiros energia, gás e saneamento (crescimento de 28,3%), nos serviços de transportes (aumento de 11,8%) e serviços prestados às famílias (aumento de 11,4%).

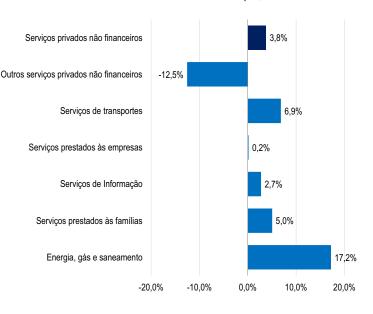
FATURAMENTO NO SETOR DE SERVIÇOS

Em 2024 até outubro, o faturamento real dos serviços privados não financeiros acumulou expansão de 3,2% com relação a igual período de 2023. Na comparação com 2019, o índice apresenta crescimento ainda maior: 16,9%. Isso indica que as perdas da pandemia foram recuperadas e o setor experimentou crescimento médio de 3,2% ao ano de 2019 a 2024.

Para esse resultado de 2024, pesaram positivamente os desempenhos favoráveis dos segmentos de serviços profissionais e administrativos, com expansão real de 7,4%, dos serviços de alojamento e alimentação, cuja expansão foi de 4,6%, dos serviços de tecnologia da informação, com aumento de 6,2%, e dos serviços de esgoto e gestão de resíduos, cujo crescimento foi de 5,2%. Os serviços de transportes, sobretudo terrestres, sofreram retração real de receitas.

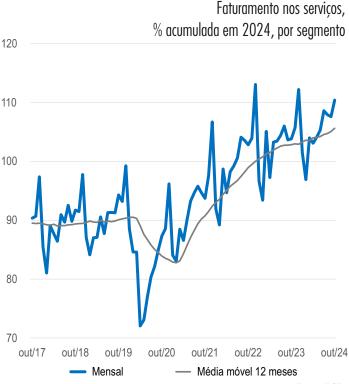
No Norte brasileiro, Amazonas, Amapá e Tocantins apresentaram forte crescimento de faturamento em termos reais na comparação entre 2023 e 2024, com taxas de crescimento acumulado no ano até outubro de respectivamente 9,3, 5,3% e 5,1%. No Nordeste, os destaques foram Sergipe e Piauí, com taxas de crescimento acumulado no ano até outubro de respectivamente 7,1% e 6,5%. No Sudeste, Espirito Santo e São Paulo se destacaram com expansões de 6,4% e 4,9%. Entre os estados do Sul, o melhor desempenho foi o de Santa Catarina, com aumento do volume de serviços prestados de 6,5%.

Gráfico 2.5 Evolução do faturamento nos servicos, índice 2022=100



Fonte: IBGE.

Gráfico 2.6



Fonte: IBGE.